

CONVERSA CAPITAL

CARLOS SILVA SECRETÁRIO-GERAL DA UGT

“Não há condições para acordos de princípios”

Tal como está, a proposta de acordo de rendimentos é um conjunto de generalidades. Sem medidas concretas, como um referencial mínimo para salários ou descidas no IRS, o Governo não vai ter o apoio da UGT, afirma Carlos Silva.

SUSANA PAULA

susanapaula@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

JOÃO CORTESÃO

Fotografia

Para a UGT, foi uma desilusão o Governo ter deixado cair o referencial comum para subirmos salários no privado. E, tal como está, a proposta de um acordo de rendimentos não passa de generalidades. Por isso, o secretário-geral da central, Carlos Silva, mostra-se indisponível para assinar um “acordo de princípio” sem metas definidas.

Uma das questões em cima da mesa na concertação social é o acordo para a competitividade e rendimentos. Porque é que o referencial para a subida dos salários foi colocado de lado?

Eu julgo que o Governo cometeu uma imprudência logo de início. Ficámos naturalmente dececionados com esta inversão. E, com esta questão, o acordo que está em cima da mesa afigura-se-nos difícil: primeiro pela pressa do Governo, que quer ter, até ao fi-

nal de março, ter um acordo de concertação social...

Difícil ou não é exequível?

O Governo não vai discutir apenas matéria de rendimentos e de competitividade. Vai discutir 11 matérias. E pretende que em cada reunião se discutam duas ou três temáticas. É impossível fazer uma discussão de tudo ao mesmo tempo. Embora estejamos disponíveis para discutir todas as matérias, se é para ter uma discussão séria temos de eleger temas. E nós elegemos a valorização de salários e fiscalidade (porque os rendimentos podem vir das duas áreas) e estamos disponíveis para ir ao encontro de uma proposta do Governo de qualificação de jovens trabalhadores. Portanto, se o Governo quer discutir um acordo, que balize efetivamente a enorme panóplia de propostas que fez e a partir daqui vamos discutir de forma séria e não com generalidades.

A solução poderá passar por uma conversação direta entre UGT e os patrões para chegarem a um entendimento sem o Governo?

Mas isso foi o que sempre foi feito. A negociação coletiva é sem-

pre um entendimento entre sindicatos e as entidades empregadoras. Portanto, os patrões estão sempre abertos a discutir em cada setor, há setores que, como sabe, já rejeitaram ter um referencial. De uma coisa temos consciência: se não há uma maior disponibilidade dos parceiros sociais para discutir um acordo de concertação social é porque algumas matérias que os empregadores exigiam estão colocadas no OE para 2020. Nós avisámos o Governo e dissemos ao Governo que isso iria esvaziar o eventual acordo de concertação social. Se já lá têm tudo, vamos lá meter o quê?

Isso significa que a UGT não abdica de um referencial?

Não abdica de um referencial mínimo.

De quanto?

De 2,7%. É o que o Governo propôs. O governo propôs este referencial para 2020, 2,9% para 2021 e 2022 e 3,2% para 2023. É com esta métrica que temos de nos entender. O país tem de crescer do ponto de vista económico, do ponto de vista da sua sustentabilidade, da garantia de resposta a exigências externas, mas também de valorização de salários.

Sem esse referencial mínimo a UGT não assina o acordo?

Sem os 2,7% desse referencial mínimo, ou o Governo deixa cair o referencial e o assunto não se discute e deixa-se tudo para as discussões bilaterais entre sindicatos e empregadores ou, se é para constar de um acordo, não aceitamos um valor que é abaixo do que o próprio Governo propôs.

Mas sem UGT não há acordo. Pois, mas esse é um problema

do Governo. É um drama de que o Governo tem consciência - ou devia ter.

Mas acha que isto acabará por se transformar num acordo de princípio, já que o acordo está esvaziado?

Eu acho que não há condições para acordos de princípios. Princípios temos nós todos. Julgo que os acordos de princípios não trazem nada de positivo para os trabalhadores. Tem que haver uma mensurabilidade das medidas que lá estiverem inscritas. E para nós é fundamental que seja na área dos rendimentos ou através da fiscalidade - e nós até aceitamos que o Governo se comprometa num acordo de concertação social, a afirmar desde já, para 2021. Não aceitamos é generalidades. Se querem um acordo, queremos um compromisso de facto, assinado e subscrito, em que o Governo se compromete com o país e com os parceiros sociais, a avançar em determinada direção na área da fiscalidade. Em relação à valorização dos salários, cabe ao Governo desembulhar o nó que criou.

Portanto, para 2021 é necessário que no acordo esteja escrito como é que o IRS desce na prática?

Muito bem. Que o o Governo nos diga “comprometemo-nos a introduzir mais um escalão no IRS, que a progressividade fiscal nos vários escalões seja ordenada na seguinte forma”. Queremos que isto esteja escrito, para o Governo depois não se furtar à sua responsabilidade. Se não, no final do ano há uma situação internacional que condiciona a economia portuguesa e estamos outra vez no buraco.

Carlos Silva já tem experiência suficiente da concertação

negócios

ANTENA 1

negócios

ANTENA 1

social para concluir que, nesses termos, provavelmente não haverá acordo.

Para mim, um contrato é um contrato de boa-fé. Assinado. Isso é que é um compromisso. Por isso, não queremos basear exclusivamente a nossa disponibilidade para um acordo de concertação social em meras generalidades.

O que o leva a crer que poderá haver essa disponibilidade da parte do Governo?

Porque a insistência do Governo em revelar uma certa necessidade política de ter um acordo de concertação social é, para nós, razão mais do que suficiente para acreditarmos que se quer tanto um acordo, então desta vez tem de ser o Governo a atravessar-se por ele. Portanto, coloque as peças todas no tabuleiro e depois lá iremos a jogo. ■

“Não há uma maior disponibilidade porque algumas exigências dos patrões já estão no OE.”

“Sobre a valorização dos salários, cabe ao Governo desembulhar o que criou.”

pressreader

PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER
PressReader.com +351 604 278 4604
COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW



PERFIL

Sete anos depois, Carlos Silva deixa UGT

À frente de uma das principais centrais sindicais portuguesas desde 2013, Carlos Silva já anunciou que deixará a liderança da UGT no próximo congresso, em 2021. Sem conseguir reunir com o primeiro-ministro nos últimos cinco anos e sem sindicalistas da UGT nas listas do PS (e, por isso, no Parlamento), Carlos Silva mostra-se desiludido com a forma como o PS tem tratado o movimento sindical. Desde 2014 foi responsável por assinar os vários acordos de concertação social para o aumento do salário mínimo nacional e, em 2018, subscreveu o acordo para a revisão do Código de Trabalho. Carlos Silva avisa que a UGT não pode servir apenas para assinar acordos importantes para o PS. Quadro do antigo BES, atual Novo Banco, Carlos Silva consolidou a atividade sindical ainda dentro da instituição bancária. Foi presidente do Sindicato dos Bancários do Centro entre 2005 e 2015, dois anos depois de ser eleito secretário-geral. É membro da Comissão Nacional e da Comissão Política Nacional do PS.

“O Governo não pode contar com a UGT só para assinar acordos”

Depois de cinco anos sem ser recebido pelo primeiro-ministro e perante “a forma como o PS tem tratado o movimento sindical”, Carlos Silva mostra-se irredutível e vai deixar mesmo a liderança da UGT no próximo congresso, em 2021.

Anunciou que não pretende recandidatar-se à liderança da UGT. O que o fez precipitar o anúncio da saída?

Foi sobretudo a forma como estava a ser tratado pelo primeiro-ministro, ao recusar receber-nos a nível institucional.

Se o primeiro-ministro recebesse a UGT como recebeu a CGTP, esta situação poderia

ficar ultrapassada? É disso que depende a sua continuidade à frente da UGT?

A minha continuidade neste momento já não depende disso. Só dependerá, se em última análise, houver dificuldades internas de se consensualizar um nome para a candidatura.

Se isso não acontecesse ponderava permanecer?

O poder não cai na rua. A UGT não ficaria sem poder, se isso acontecesse. Também tem muito a ver com a minha indisponibilidade em ver como o PS tem tratado o movimento sindical. E também é verdade que ao longo de muitos anos, desde Mário Soares, que os grupos parlamentares do

PS tiveram sempre sindicalistas de relevância no seu seio.

O que não aconteceu agora?

O que não aconteceu agora, pela primeira vez na história do PS desde 1976. E quando ouço o presidente do PS dizer que o PS não precisa de sindicalistas porque são todos bons sindicalistas no Parlamento parece-me ofensivo. Eu sei que foi um desabafo, mas foi ofensivo para o movimento sindical. Portanto, ou contam connosco ou não contam. Não podem é contar com a UGT exclusivamente para acordos de concertação social.

Esta situação também influencia a postura negocial? Claro, ou mais disponível, ou

menos.

Mas há menos vontade para ceder?

Não é da minha parte. É uma vontade unânime dentro da central sindical.

Esta postura da UGT também pode criar alguma teimosia do lado do Governo?

Quem precisa neste momento de um acordo de concertação social neste momento é o Governo. Se não houver um acordo de concertação social quem não fica bem em termos externos é o Governo.

Vê alguma mulher como possível candidata a secretária-

-geral da UGT?

É preciso termos consciência de que infelizmente há poucas mulheres presidentas ou secretárias-gerais nos sindicatos da UGT. Algumas são social-democratas e são os socialistas que indicam nomes para a componente, enfim, mais representativa da central. E a maior parte dos nossos líderes são dirigentes homens. Há apenas uma mulher, é a presidente do sindicato dos bancários do centro, Helena Carvalheiro, que me sucedeu. Seria de bom-tom e até seria agradável que a Helena efetivamente mostrasse disponibilidade. Há várias mulheres na UGT com grande dinâmica, com grande capacidade de intervenção, com grande espírito reivindicativo. ■

CONVERSA CAPITAL

CARLOS SILVA SECRETÁRIO-GERAL DA UGT

A “política austera” na Função Pública prejudica o privado

Há dez anos que os governos dizem que não há margem para ir mais além nos salários da Função Pública, lembra Carlos Silva. O exemplo do Estado tem sido usado também no privado para travar as reivindicações.

SUSANA PAULA

susanapaula@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

JOÃO CORTESÃO

Fotografia

Ao definir um aumento salarial de apenas 0,3% para a generalidade dos funcionários públicos (à exceção dos que ganham até 683 euros), o Governo mantém uma “política austera” e dá um mau exemplo para o setor privado, defende Carlos Silva. O secretário-geral da UGT recusa o argumento de que não há margem para ir mais além.

Como é que se discute uma valorização salarial sem um referencial para que isso aconteça?

Não estamos contra o referencial.

Mas o Governo retirou-o da discussão.

Foi o Governo que o colocou, que fez a proposta na primeira reunião. Embora o ministro da economia tenha vindo dizer que não era exatamente isso que queria, mas foi exatamente isso que apresentou. Se efetivamente não era esse o objetivo, esse é um problema para o Governo resolver.

Porque vocês aceitavam.

Nós aceitávamos isso. Mas nós não precisamos de discutir máximos. Aliás, até há acordos de empresa que ultrapassam os 4%, 4,5%. A média da negociação coletiva em 2019 andou em torno dos 3%. Mas como a proposta que o Governo faz à Função Pública é quase inverosímil, quase dez anos de inexistência de aumentos salariais depois, nós já tínhamos a consciência de que seria replica-



da para o privado. Isso já está a acontecer, sobretudo em empresas pujantes do ponto de vista económico.

O referencial de 2,7% não está próximo do crescimento médio dos salários?

Não sei. A Brisa apresentou

0,2%, a EDP apresentou 0,3%, entretanto estas propostas já evoluíram para 0,6% e 0,5%, respetivamente. O setor bancário apresentou 0,2%. É a primeira vez que uma coisa destas acontece. Naturalmente que as empresas e os setores olham para o excelente exemplo que o Governo apresentou de 0,3% e o que é que estávamos todos em à espera? A nossa opinião é que isto vai baixar o referencial de negociação coletiva e a média de aumento salarial que foi obtida no ano passado, em torno dos 3%.

Admite que o Governo rejei-

te os 2,7% porque isso também obrigaria o Estado a seguir esse princípio?

Pois, essa é que é a grande questão. É que o Estado tem de dar o exemplo para apresentar também aos privados o que são as suas métricas.

Olhando para os aumentos que foram propostos para a Função Pública, o país neste momento tem condições para valorizar os salários de outra forma?

Há dez anos que dizem não há condições. Quando chegarmos a 2050 vamos continuar a ter suces-

“A proposta que o Governo faz à Função Pública é quase inverosímil.”

“O setor bancário apresentou uma proposta de 0,2%. É a primeira vez que acontece.”

“O Estado tem de dar o exemplo e apresentar ao privado as suas métricas.”

“Quando chegarmos a 2050 vamos continuar a dizer que não há condições.”

sivos governos a incutirem nos portugueses a ideia da inevitabilidade e de que não há condições para aumentar salários. Isso tem de ser combatido com a proatividade dos sindicatos. A negociação coletiva é uma arma. E a concertação social é uma arma também, de quem quiser fazer dela um patamar de entendimentos.

Em termos gerais, a Função Pública parece ter a questão salarial fechada, mas em relação ao privado temos situações muito diferentes: aumentos substanciais ou de acordo com a evolução do poder de compra e outros que não o fazem. Qual é a sua apreciação destas diferenças?

Se calhar, as grandes empresas, dado o mau exemplo do Governo, quiseram dar um muro na mesa e dizer claramente: “se os senhores apresentam 0,3%, nós também vamos apresentar na mesma orla. Não nos venham fazer de tolos em termos de concertação social. Se vocês têm de dar o exemplo porque são o maior empregador do país, nós vamos dar o exemplo idêntico. Portanto, não nos obriguem a referenciais de 2,7%”. A nossa preocupação é que a política que o Governo apresentou, de 0,3%, que é uma política austera e de baixos salários, possa influenciar ainda mais negativamente o setor privado. Agora, há outros setores no privado onde efetivamente tem havido aumentos médios de 3%.

Mas o Governo avançou com uma proposta para os salários mais baixos da função pública.

É verdade. Nós registamos

isso. Mas tinha de ir muito mais além. É que [esse aumento] deixa centenas de milhares de trabalhadores, sobretudo técnicos, pessoas da classe média que estão na Administração Pública, de fora.

Ai já não há moeda de troca para aceitarem os 0,3%?

Não sei se há moeda de troca. A informação que recolhi - como sabe, das três frentes sindicais, duas são frentes da UGT, a FESAP e o STE - é que há uma rejeição da proposta do Governo precisamente por não ir mais além. Porque deixa o grosso da coluna destes quase 700 mil funcionários públicos de fora, com aumentos de apenas 0,3%. O que importante aqui é também o sinal político. O Governo não pode esvaziar a negociação sindical. E a negociação sindical tem sindicalizados e não sindicalizados de todos os escalões da Administração Pública. Esta é que a grande preocupação do movimento sindical: não deixar ninguém para trás.

De que forma o atual cenário ou composição parlamentar influencia a concertação social?

Julgo que há algo que os portugueses apreenderam nos últimos quatro anos e meio: existe uma capacidade da parte do Governo para gerir o seu diálogo, o seu espaço de intervenção e as suas alianças e entendimentos à esquerda no Parlamento. Eu estou convencido de que, apesar de tudo o que tem acontecido, há condições para continuar a haver essa disponibilidade, o que também não altera grandemente o que tem sido o posicionamento do atual Governo em relação à concertação social. ■

“Se calhar vamos ter de rever a lei laboral em breve”

O secretário-geral da UGT ameaça levar à mesa da concertação social a caducidade do contrato coletivo de trabalho e o princípio do tratamento mais favorável - e ainda durante a negociação para o acordo de rendimentos. Para Carlos Silva, se os patrões não forem ao encontro dos trabalhadores, então a UGT terá de defender uma nova revisão da lei laboral, juntando-se à CGTP.

O Governo chegou a admitir discutir mais dias de férias no setor público. Fazia sentido também ter essa discussão na concertação social?

É uma boa pergunta para os patrões. Acho que ficavam já com os cabelos empé, mas é uma matéria que podemos eventualmente suscitar, não vemos inconveniente. Como sabe, há outra matéria, que outra central sindical tem colocado em cima da mesa, que é a manutenção no Código do Trabalho das questões da caducidade. Nós (a maioria) somos da opinião de que a caducidade efetivamente não é inibidora de entendimentos na negociação coletiva. Agora, também sabemos que há muitas empresas e muitos empregadores que aproveitam a existência da caducidade no Código para fazer caducar direitos que estão na contratação coletiva. Sempre dissemos que isto implica disponibilidade para negociar.

Mas?

Mas não havendo um acordo de concertação social e percebendo-se que as entidades empregadoras estão muito renitentes em avançar

para a valorização salarial, também acho que a UGT vai ter de dizer aos empregadores e ao Governo que, se calhar vamos ter de rever muito proximamente o Código de Trabalho e efetivamente deixar cair a caducidade e introduzir o princípio do tratamento mais favorável. Ou há disponibilidade dos patrões para, por exemplo, irem ao encontro de mais dias de férias, melhores salários, reforçar claramente os mecanismos da contratação coletiva. Ou então teremos de colocar em cima da mesa também, da parte da UGT, para não deixar a CGTP sozinha nessa luta, as questões da caducidade e a revisão do Código de Trabalho.

Isso antes de fechar o acordo de competitividade e salários ou depois?

Eu não estou a dizer antes nem depois. Não tenho aqui uma calendarização prévia. Nós queremos é esgotar todas as vias negociais.

Então admite discuti-lo já?

Admito discuti-lo já. Porque se eu perceber que da parte dos patrões não há disponibilidade para nada, não há disponibilidade para um referencial mínimo, para valorização de salários, para que efetivamente a negociação coletiva seja dinamizada.

Mas que margem existe para voltar a mexer já na lei laboral?

Há sempre tempo de voltar atrás, quando se perceber que da teimosia não podem resultar ganhos e mais-valias sobretudo para os patrões. ■

Respostas rápidas

EUTANÁSIA

Gostaria que houvesse um referendo dada a delicadeza da matéria em causa.

ANTÓNIO COSTA

Continua a ser um primeiro-ministro que nós temos de respeitar e gostaria naturalmente que recebesse a UGT do ponto de vista institucional. Merecíamos respeito por parte de António Costa.

RUI PINTO

Tenho ouvido e lido muito e acho que nós não devemos aceitar em termos internacionais os vigilantes e os vingadores que revelam aquilo que lhes dá jeito. Mas acho que é uma personalidade que merece respeito, acompanhamento e acima de tudo atenção ao seu trabalho.

ARMÉNIO CARLOS

Foi um homem que deu muito ao movimento sindical, fez um bom mandato na minha opinião, que não sou eu que o tenho de apurar. Gostaria que efetivamente tivesse sido proativo no diálogo social tripartido.

SINDICALISMO

Não está em crise e vai crescer.

CRÉDITO PESSOAL

Não tenho.

FAMÍLIA

É a melhor parte de todos nós.

CONVERSA CAPITAL

CARLOS SILVA SECRETÁRIO-GERAL DA UGT

Em termos laborais, “estamos à beira de uma crise conflitual grave”

"Ainda não estão reunidas as condições para uma greve geral" que junte público e privado, afirma Carlos Silva. Mas é uma opção em cima da mesa, caso o Governo recuse um referencial para aumentos salariais.



SUSANA PAULA
susanapaula@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
JOÃO CORTESÃO
Fotografia

Carlos Silva diz que, para já, não estão reunidas as condições para uma greve geral que una o setor público e privado, mas admite que a questão pode colocar-se em março, depois de concluída a negociação do acordo de rendimentos e competitividade na concertação social.

A UGT está disponível para apoiar uma greve geral de setor público e privado?

Não é a UGT que suscita a questão, são os seus sindicatos. É uma matéria que está sempre em cima da mesa. Estamos à beira de uma crise conflitual em termos laborais. Como sabe, já se fala em greve geral por parte de sindicatos da Administração Pública. E nós

não estamos imunes ao defraudar de expectativas de milhões de trabalhadores em Portugal. PCP e o Bloco de Esquerda, ao viabilizarem o orçamento pela abstenção, sabiam que as medidas de aumentos salariais não estavam integradas no Orçamento do Estado. Portanto, também são responsáveis pelo facto desta manutenção do espírito de austeridade e da troika que tanto criticaram. O país tem condições de ir além dos 0,3%.

Já foi discutida uma eventual greve geral que junte público e privado?

Não foi discutida, tem sido abordada de forma particular com alguns líderes dos sindicatos e neste momento entendo que não estão reunidas as condições para uma greve geral, sobretudo com o setor público e privado. Mas é uma matéria que não descartamos a curto ou médio prazo.

Está à espera do quê para to-

mar essa decisão?

Estamos à espera de ver o que é que o Governo vai fazer em definitivo em relação à concertação social. Precisamos de perceber se quer ou não colocar um referencial mínimo para a negociação, que nós exigimos que seja os 2,7%. Não basta captar investimento, é preciso que esse investimento também redistribua a riqueza que gera pelos trabalhadores.

Portanto, é uma decisão para ser tomada no espaço de um mês?

Se o Governo quer obter um acordo de concertação até final de março, [um mês] é um prazo interessante para podermos avaliar qual é o passo seguinte que vamos dar. Estamos em fevereiro, portanto, aguardaremos pelo secretariado nacional de março. Depois temos o 1º de maio, até lá temos de perceber qual é a disponibilidade dos trabalhadores. Os trabalhadores estão mobilizados para parti-

ciparem nas lutas e ações reivindicativas, há disponibilidade também da nova secretária-geral da CGTP. Convergimos todos no movimento sindical em relação à greve da Função Pública, que foi um sucesso. Se o Governo quer alargar isto a todo o horizonte de trabalhadores em Portugal, é bom que também comece a meter as barbas de molho e a perceber o que quer fazer. Não fica bem a um Governo de esquerda permitir que surja na imprensa internacional uma greve geral porque não trata bem os trabalhadores.

Acha que o Governo tem algum receio do impacto de uma greve geral? Ou o cumprimento das metas económicas e financeiras tem maior preponderância?

Este Governo não deve ter preocupações dessas. O Governo já ameaçou com a demissão se a questão dos professores fosse resolvida. Ameaçou com a demissão

se o IVA da eletricidade fosse diminuído. Portanto, se houver um conflito grave acredito que o Governo é capaz de suscitar também a sua demissão, mas esse é um problema do Governo e do primeiro-ministro. Nós estamos cá para defender os trabalhadores e o movimento sindical.

E diz isso porque já se reuniu com a secretária-geral da CGTP?

Não, eu ouvi as declarações da secretária-geral da CGTP, que aproveitei para cumprimentar e desejar os maiores sucessos na sua liderança, e à pergunta sobre a UGT ela respondeu que naturalmente o movimento sindical converge quando é necessário convergir. E esta a posição que tenho defendido.

A CGTP já pediu para reunir convosco?

Não, não recebi nenhum pedido até ao momento. ■